

| | | |
|---|---|---|
|  | UEM - Universidade Estadual de Maringá PAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DMP - DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO Av. Colombo, 5.790 - Bloco Q 07 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 Fones: (44) 3011-4221 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta www.uem.br email: (licitacao-pregao@uem.br). |  |
|---|---|---|

Protocolo nº 25.696.127-0

Pregão Eletrônico nº 90043/2026-EDITAL

Processo GMS nº 625/2026

(página 1 de 31)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Divisão de Compras, da Diretoria de Material e Patrimônio da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**, Autarquia Estadual instituída pela Lei Estadual nº 9.663/1991, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

| | |
|---|--|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº:90043/2026 TIPO: MENOR PREÇO LICITAÇÃO DE AMPLA DISPUTA COM RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP/MEI E EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI UASG: 926764 | Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: À partir das 08h do dia 15/05/2026 até 07h59min. do dia 01/06/2026. Início da sessão / disputa de lances: 08h do dia 01/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital. |
|---|--|

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição continuada de insumos para a produção de ração para os animais da Fazenda Experimental de Iguatemi/UEM.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 920.727,60 (novecentos e vinte mil, setecentos e vinte sete reais e sessenta centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 4532.12.364.34.8122;

Elemento da despesa: 33903006;

Fonte: 501.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRAS.GOV.BR. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras/pt-br.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao.zul

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Madison Toshio Kusakawa e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 282/2023, 1018/2023 e 665/2025-GRE, servidores(as) do(a)



Universidade Estadual de Maringá, ou em seus impedimentos por seus suplentes.

E-mail: licitacao-pregao@uem.br

Telefones: (44) 3011-4081

Endereço: Avenida Colombo, 5790 – CEP 87020-900, Maringá / Paraná

O atendimento será feito no horário das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h30min.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço eletrônico licitacao-pregao@uem.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(ns), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 PROPOSTA PARCIAL:

5.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6 RESERVA DE ITENS PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) item(ns) **03 a 16** as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos item(ns) **01 e 02** classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) item(ns) reservado(s) 15 e 16 e do(s) item(ns) 01 e 02 de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7 CONSÓRCIO:

7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRAS.GOV.BR, na página www.comprasnet.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.comprasnet.gov.br ou, ainda, por meio do telefone **0800 978 9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.2 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.1** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).
- 5.12.1** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13** Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência;

8.1.2 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa;

8.1.3 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.3.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.4 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.5 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil ou Assinatura Eletrônica GOV.BR.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item/lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – Foro de Maringá, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná, tendo sido realizado as adequações pela unidade responsável pela elaboração da minuta, em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos apresentado(s) pelo(s) setor(es) demandante(s), cujo texto final foi aprovado pelo Parecer da nº 114/2026-PJU.

Maringá, 14 de maio de 2026.

(Assinado digitalmente)
Robson Gonçalves da Silva
DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

(Assinado digitalmente)
Madison Toshio Kusakawa
Pregoeiro

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

| | | |
|---|---|---|
|  | <p>Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta</p> |  |
|---|---|---|

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição

1. OBJETO

Insumos para a produção de ração para os animais da FEI, para atender as demandas da Fazenda Experimental de Iguatemi, conforme especificações da planilha abaixo:

COTA PRINCIPAL (AMPLA DISPUTA)

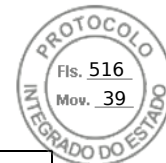
| Item | Cod.GMS | Cód. CAT/MAT Compras Gov | Especificação | Qtde | Unid | VI. Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS) | VI. Máx Total |
|------|-----------|--------------------------|--|---------|------|--|----------------|
| 1 | 640370862 | 293585 | Farelo de soja, Saca com 50 Kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário - farelo de soja: com índice protéico mínimo de 44%, livre de contaminantes e com certificação de qualidade. Código BR: 293585 Vinculado ao item 15 | 1.800 | UN | R\$ 150,65 | R\$ 271.170,00 |
| 2 | 640181956 | 361704 | Milho em grãos, tipo 1 USO: Alimentação animal, Amarelados e inteiros, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com excelente qualidade, isento de insetos, impurezas e resíduos estranhos, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - milho em grãos: com | 180.000 | KG | R\$ 1,56 | R\$ 280.800,00 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|--|
| | | | padrão de unidade máxima de 14%, ausência de micotoxinas e caracterização de qualidade conforme normas técnicas vigentes. Código BR: 361704 Vinculado ao item 16 | | | | |
|--|--|--|---|--|--|--|--|

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

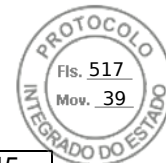
| Item | Cod.GMS | Cód. CAT/MA TCompras Gov | Especificação | Qtde | Unid | VI. Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) | VI. Máx Total |
|------|-----------|--------------------------------|--|--------|------|--|---------------|
| 3 | 640371056 | 246798 | Farelo de trigo USO: Para alimentação animal, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - farelo de trigo: com teor protéico mínimo de 15% e isento de impurezas ou contaminantes. Código BR: 246798 | 30.000 | KG | R\$ 2,14 | R\$ 64.200,00 |
| 4 | 640371059 | 323444 | Calcário calcítico pecuário, TIPO: Moído fino, UNIDDE MEDIDA: Quilograma - Calcário calcítico pecuário: Composição: Cálcio - mínimo 360 g/kg; Magnésio - máximo de 30 g/kg; Matéria mineral mínima de 960 g/kg; Granulometria fina (1 mm) para efeito imediato. Próprio para ração animal, em especial para aves de postura. | 6.000 | KG | R\$ 1,80 | R\$ 10.800,00 |
| 5 | 640371092 | 297314 | Fosfato bicálcico 18%, USO: Para | 15 | UN | R\$ 573,33 | R\$ 8.599,95 |

TERMO DE REFERÊNCIA



| | | | | | | | |
|---|-----------|--------|---|-------|----|----------|---------------|
| | | | alimentação animal, EMBALAGEM: Saca com 50kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário - Fosfato bicálcico: com conteúdo mínimo de 18% de fósforo disponível (P) e adequado para nutrição animal. | | | | |
| 6 | 640383696 | 244580 | Óleo de soja degomado, USO: Utilizado na produção de ração para animais, CARACTERÍSTICA S ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - Óleo de soja degomado: com acidez máxima de 0,5% e livre de contaminantes, garantindo a qualidade para uso na ração. | 3.000 | KG | R\$ 8,68 | R\$ 26.040,00 |
| 7 | 640371228 | 617832 | Sal Agropecuário, TIPO: Fino, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - Sal agropecuário Fino: com composição balanceada, isento de impurezas e adequado às necessidades nutricionais dos animais. | 2.000 | KG | R\$ 1,70 | R\$ 3.400,00 |

TERMO DE REFERÊNCIA



| | | | | | | | |
|---|-----------|--------|---|-------|----|----------|--------------|
| 8 | 640380569 | 453443 | <p>Núcleo, TIPO: Para suínos em gestação USO: Destinadopara ração de porcas em gestação, CARACTERÍSTICA S ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de gestação -</p> <p>Deve entrar no mínimo 3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e</p> <p>contendo apenas o núcleo, milho, farelo de trigo e farelo de soja.</p> | 1.635 | KG | R\$ 5,87 | R\$ 9.597,45 |
| 9 | 640380570 | 294169 | <p>Núcleo, TIPO: Para suínos em lactação USO: Destinado para ração de porcas em lactação, CARACTERÍSTICA S ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de lactação - Deve entrar no</p> <p>mínimo 2% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração</p> | 1.000 | KG | R\$ 5,84 | R\$ 5.840,00 |

| | | | | | | | |
|----|-----------|--------|--|-------|----|----------|---------------|
| | | | completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho, farelo de trigo e farelo de soja | | | | |
| 10 | 640360109 | 294173 | Núcleo Mineral, Para Suíno, em fase de Terminação Terminação, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de terminação - Deve entrar no mínimo 3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja. | 1.635 | KG | R\$ 5,62 | R\$ 9.188,70 |
| 11 | 640333313 | 233945 | Núcleo Mineral Suínos em fase de Crescimento COMPOSIÇÃO: Cálcio (mín) 200g/kg (20%), Cálcio (máx) 220g/kg (22%), Fósforo (mín) 50g/kg (5%), Sódio (mín) 45g/kg, Metionina (mín) 2000mg/kg, Lisina (mín) 8000mg/kg, Vitamina A (mín) 60000UI/kg, Vitamina D3 (mín) 12000UI/kg, Vitamina E (mín) 800UI/kg, Vitamina K3 | 2.725 | KG | R\$ 5,74 | R\$ 15.641,50 |

| | | | | | | | |
|----|-----------|--------|---|-------|----|-----------|---------------|
| | | | (mín) 20mg/kg, Vitamina B1 (mín) 20mg/kg, Vitamina B2 (mín) 40mg/kg, Vitamina B6 (mín) 20mg/kg, Vitamina B12 (mín) 200mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 10mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 200mg/kg, Biotina (mín) 2mg/kg, Colina (mín) 1200mg/kg, Niacina (mín) 300mg/kg, Cobre (mín) 160mg/kg, Ferro (mín) 1100mg/kg, Iodo (mín) 6mg/kg, Manganês (mín) 200mg/kg, Selênio (mín) 5mg/kg, Zinco (mín) 1400mg/kg, Aditivo Promotor de Crescimento (Bacitracina de Zinco) 1375mg/kg, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de crescimento - Deve entrar no mínimo 3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja. | | | | |
| 12 | 640360107 | 293788 | Núcleo Mineral, Para Suíno, Filhote, Pré-Inicial I Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: | 1.000 | KG | R\$ 12,42 | R\$ 12.420,00 |

| | | | | | | | |
|----|-----------|--------|--|-------|----|-----------|---------------|
| | | | <p>Quilograma.</p> <p>Núcleo para suínos filhote, fase Pré-inicial I - Deve entrar no mínimo 40% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.</p> | | | | |
| 13 | 640360108 | 453441 | <p>Núcleo Mineral, Para Suíno, Filhote, Pré-Inicial II Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma.</p> <p>Núcleo para suínos filhote, fase Pré-inicial II - Deve entrar no mínimo 25% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.</p> | 1.000 | KG | R\$ 11,63 | R\$ 11.630,00 |
| 14 | 640334444 | 233940 | <p>Núcleo Mineral para Suíno Inicial</p> <p>COMPOSIÇÃO :</p> <p>Ácido Fólico Mínimo: 10 mg, Ácido Pantotênico Mínimo: 300 mg, Biotina Mínimo: 2,2 mg, Cálcio Mínimo 50g e Máximo: 100 g, Celulase 45 µ,</p> <p>Cobalto Mínimo: 20 mg, Cobre Mínimo: 3.600 mg, Colina</p> | 1.000 | KG | R\$ 7,41 | R\$ 7.410,00 |



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | <p>Mínimo: 4.000 mg, Ferro Mínimo: 2.500 mg, Fitase Mínimo: 10.000 ftu,</p> <p>Fósforo Mínimo: 30 g, Iodo Mínimo: 35 mg, Lisina Mínimo: 50g, Manganês Mínimo: 1.125mg, Metionina Mínimo: 25 g, Niacina</p> <p>Mínimo: 480 mg, Protease 7.500 µ, Selênio Mínimo: 7,5 mg, Sódio Mínimo: 35 g, Tilosina 500 mg, Treonina Mínimo: 30 g,</p> <p>Triptofano Mínimo: 2.300 mg, Vitamina A Mínimo: 130.000 UI, Vitamina B1 Mínimo: 30 mg, Vitamina B12 Mínimo: 250 mcg,</p> <p>Vitamina B2 Mínimo: 90 mg, Vitamina B6 Mínimo: 50 mg, Vitamina C Mínimo: 300 mg, Vitamina D3 Mínimo: 30.000 UI, Vitamina</p> <p>E Mínimo: 630 UI, Vitamina K3 Mínimo: 65 mg, Zinco Mínimo: 5.000 mg, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos</p> <p>em fase inicial - Deve entrar no mínimo 4% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo</p> <p>fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

COTA RESERVADO PARA ME/EPP/MEI

| Item | Cod.GMS | Cód. CAT/MAT Compras Gov | Especificação | Qtde | Unid | VI. Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS) | VI. Máx Total |
|------|-----------|--------------------------|---|--------|------|--|---------------|
| 15 | 640370862 | 293585 | Farelo de soja, Saca com 50 Kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário - farelo de soja: com índice protéico mínimo de 44%, livre de contaminantes e com certificação de qualidade. Código BR: 293585 Vinculado ao item 01 | 600 | UN | R\$ 150,65 | 90.390,00 |
| 16 | 640181956 | 361704 | Milho em grãos, tipo 1 USO: Alimentação animal, Amarelados e inteiros, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com excelente qualidade, isento de insetos, impurezas e resíduos estranhos, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - milho em grãos: com padrão de umidade máxima de 14%, ausência de micotoxinas e caracterização de qualidade conforme normas técnicas vigentes. Código BR: 361704 Vinculado ao item 02 | 60.000 | KG | R\$ 1,56 | R\$ 93.600,00 |

1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido

procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Farelo de Soja, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, EMBALAGEM: Saca com 50 Kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário - farelo de soja: com índice protéico mínimo de 44%, livre de contaminantes e com certificação de qualidade.

1.2.2 Milho em grãos, Tipo 1 USO: Alimentação animal, Amarelados e inteiros, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com excelente qualidade, isento de insetos, impurezas e resíduos estranhos, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - milho em grãos: com padrão de umidade máxima de 14%, ausência de micotoxinas e caracterização de qualidade conforme normas técnicas vigentes. Deverá ser entregue em caminhão basculante.

1.2.3 Farelo de trigo, USO: Para alimentação animal, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - farelo de trigo: com teor protéico mínimo de 15% e isento de impurezas ou contaminantes.

1.2.4 Calcário calcítico pecuário, TIPO: Moído fino, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - Calcário calcítico pecuário: Composição: Cálcio - mínimo 360 g/kg; Magnésio - máximo de 30 g/kg; Matéria mineral mínima de 960 g/kg; Granulometria fina (1 mm) para efeito imediato. Próprio para ração animal, em especial para aves de postura.

1.2.5 Fosfato bicálcico 18%, USO: Para alimentação animal, EMBALAGEM: Saca com 50kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário - Fosfato bicálcico: com conteúdo mínimo de 18% de fósforo disponível (P) e adequado para nutrição animal.

1.2.6 Óleo de soja degomado, USO: Utilizado na produção de ração para animais, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - Óleo de soja degomado: com acidez máxima de 0,5% e livre de contaminantes, garantindo a qualidade para uso na ração. Óleo de soja degomado: com acidez máxima de 0,5% e livre de contaminantes, garantindo a qualidade para uso na ração.

1.2.7 Sal Agropecuário, TIPO: Fino, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma - Sal agropecuário Fino: com composição balanceada, isento de impurezas e adequado às necessidades nutricionais dos animais.

1.2.8 Núcleo, TIPO: Para suínos em gestação, USO: Destinado para ração de porcas em gestação, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de gestação - Deve entrar no mínimo 3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho, farelo de trigo e farelo de soja.

1.2.9 Núcleo, TIPO: Para suínos em lactação, USO: Destinado para ração de porcas em lactação, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de lactação - Deve entrar no mínimo 2% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho, farelo de trigo e farelo de soja.

1.2.10 Núcleo Mineral, Para Suíno, Terminação, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de terminação - Deve entrar no mínimo 3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.

1.2.11 Núcleo Mineral Suínos Crescimento, COMPOSIÇÃO: Cálcio (mín) 200g/kg (20%), Cálcio (máx) 220g/kg (22%), Fósforo (mín) 50g/kg (5%), Sódio (mín) 45g/kg, Metionina (mín) 2000mg/kg, Lisina (mín) 8000mg/kg, Vitamina A (mín) 60000UI/kg, Vitamina D3 (mín) 12000UI/kg, Vitamina E (mín) 800UI/kg, Vitamina K3 (mín) 20mg/kg, Vitamina B1 (mín) 20mg/kg, Vitamina B2 (mín) 40mg/kg, Vitamina B6 (mín) 20mg/kg, Vitamina B12 (mín) 200mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 10mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 200mg/kg, Biotina (mín) 2mg/kg, Colina (mín) 1200mg/kg, Niacina (mín) 300mg/kg, Cobre (mín) 160mg/kg, Ferro (mín) 1100mg/kg, Iodo (mín) 6mg/kg, Manganês (mín) 200mg/kg, Selênio (mín) 5mg/kg, Zinco (mín) 1400mg/kg, Aditivo Promotor de Crescimento (Bacitracina de Zinco) 1375mg/kg, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase de crescimento - Deve entrar no mínimo

3% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.

1.2.12 Núcleo Mineral, Para Suíno, Filhote, Pré-Inicial I, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos filhote, fase Pré-inicial I - Deve entrar no mínimo 40% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.

1.2.13 Núcleo Mineral, Para Suíno, Filhote, Pré-Inicial II, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos filhote, fase Pré-inicial II - Deve entrar no mínimo 25% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.

1.2.14 Núcleo Mineral Suíno Inicial, COMPOSIÇÃO : Ácido Fólico Mínimo: 10 mg, Ácido Pantotênico Mínimo: 300 mg, Biotina Mínimo: 2,2 mg, Cálcio Mínimo 50g e Máximo: 100 g, Celulase 45 µ, Cobalto Mínimo: 20 mg, Cobre Mínimo: 3.600 mg, Colina Mínimo: 4.000 mg, Ferro Mínimo: 2.500 mg, Fitase Mínimo: 10.000 ftu, Fósforo Mínimo: 30 g, Iodo Mínimo: 35 mg, Lisina Mínimo: 50g, Manganês Mínimo: 1.125mg, Metionina Mínimo: 25 g, Niacina Mínimo: 480 mg, Protease 7.500 µ, Selênio Mínimo: 7,5 mg, Sódio Mínimo: 35 g, Tilosina 500 mg, Treonina Mínimo: 30 g, Triptofano Mínimo: 2.300 mg, Vitamina A Mínimo: 130.000 UI, Vitamina B1 Mínimo: 30 mg, Vitamina B12 Mínimo: 250 mcg, Vitamina B2 Mínimo: 90 mg, Vitamina B6 Mínimo: 50 mg, Vitamina C Mínimo: 300 mg, Vitamina D3 Mínimo: 30.000 UI, Vitamina E Mínimo: 630 UI, Vitamina K3 Mínimo: 65 mg, Zinco Mínimo: 5.000 mg, UNID. DE MEDIDA: Quilograma. Núcleo para suínos em fase inicial - Deve entrar no mínimo 4% de Núcleo na ração completa, e a fórmula da ração completa deve ser fornecida pelo fabricante e contendo apenas o núcleo, milho e farelo de soja.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O produto deverá ser fracionado e entregue a cada dois meses, como cronograma em anexo.

1.4.2 O milho deverá ser entregue em caminhão basculante.

1.4.3 Fazenda não se responsabilizará pela descarga das mercadorias, sendo este de responsabilidade da contratada.

5. Amostras

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de insumos destinados à produção de ração para os animais da Fazenda Experimental de Iguatemi é uma ação essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção vinculadas à instituição. A Fazenda conta com uma fábrica de ração própria, cuja operação é fundamental para assegurar o fornecimento contínuo e de qualidade de alimentos balanceados aos diferentes grupos de animais mantidos nas unidades experimentais e produtivas.

A produção interna de ração permite o controle rigoroso da formulação e da qualidade nutricional, atendendo às exigências específicas de cada espécie e categoria animal, conforme protocolos experimentais e recomendações técnicas. Essa autonomia é indispensável para a execução de projetos de pesquisa conduzidos por professores e estudantes, que demandam padronização e rastreabilidade dos insumos utilizados. Além disso, a fabricação própria contribui para a redução de custos e otimização de recursos públicos, eliminando despesas com transporte e intermediários, e promovendo maior sustentabilidade institucional.

Os insumos a serem adquiridos — como milho, farelo de soja, suplementos minerais, vitaminas e aditivos — são indispensáveis para a manutenção da produção contínua de ração e, conseqüentemente, para o bem-estar e desempenho zootécnico dos animais. A ausência desses insumos comprometeria não apenas a



nutrição adequada dos rebanhos, mas também a execução de experimentos e atividades práticas vinculadas aos cursos e projetos de pesquisa.

Além do atendimento às demandas acadêmicas, a produção animal da Fazenda Experimental de Iguatemi também desempenha papel estratégico no fornecimento de produtos de origem animal ao Restaurante Universitário (RU), contribuindo diretamente para a segurança alimentar e nutricional da comunidade acadêmica. Em 2025, com parcerias estratégicas através do [Programa Alimentos Solidários e Agricultura Sustentável](#) (PASAS), foram entregues ao RU os seguintes produtos:

| Produto | Quantidade | Unidade de Medida |
|--------------------|------------|-------------------|
| Carne Suína | 6092,510 | kg |
| Leite pasteurizado | 6815,000 | L |
| Bebida láctea | 5020,000 | L |
| Queijo mussarela | 2036,620 | kg |
| Queijo minas | 871,090 | kg |
| Creme de leite | 398,100 | kg |
| Queijo provolone | 26,000 | kg |

| | | |
|--------------------------------|--------|-------|
| Queijo cabacinha | 50,400 | kg |
| Ovos (bandeja com 30 unidades) | 1154 | unid. |

Esses números evidenciam a relevância da produção animal da Fazenda Experimental de Iguatemi para o abastecimento do Restaurante Universitário, garantindo o fornecimento de alimentos de qualidade e contribuindo para a autossuficiência e sustentabilidade da instituição. A manutenção dessa cadeia produtiva depende diretamente da disponibilidade de insumos adequados para a fabricação de ração, que assegura o desempenho produtivo dos animais e a continuidade do fornecimento de produtos ao RU.

Dessa forma, a aquisição dos insumos justifica-se não apenas pela necessidade de sustentar as atividades acadêmicas e científicas, mas também pelo compromisso institucional com o atendimento das demandas alimentares do Restaurante Universitário, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa, extensão e produção.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução escolhida para o atendimento das necessidades de nutrição animal apresentadas consiste na aquisição de insumos essenciais, conforme previsto na legislação aplicável. Essa opção foi selecionada mediante análise detalhada das alternativas disponíveis, dos requisitos técnicos, legais e institucionais, e da necessidade de garantir transparência, isonomia, planejamento e segurança na contratação de suprimentos fundamentais à alimentação de animais.

Descrição Detalhada da Solução Escolhida

A aquisição compreende a realização de procedimentos públicos e competitivos para a compra individualizada de ingredientes (grãos, farelos, minerais, núcleos vitamínico-minerais, entre outros) que compõem as formulações das rações e suplementações. O processo permite a participação de diversos fornecedores, torna o processo acessível, transparente e impessoal, e assegura a contratação da proposta mais vantajosa para a administração, considerando critérios técnicos, econômicos e legais.

Alinhamento com as Necessidades Identificadas

- **Garantia da Nutrição Animal:** A solução possibilita o acesso regular a insumos de qualidade comprovada e composição adequada, fundamentais para formular dietas balanceadas conforme as exigências nutricionais em todas as fases produtivas dos animais (gestação, lactação, crescimento, terminação e iniciação).
- **Padronização e Confiabilidade:** O detalhamento dos requisitos técnicos nos termos de referência e especificações no edital assegura que apenas insumos compatíveis com padrões legais e científicos estabelecidos serão adquiridos, promovendo segurança alimentar, bem-estar animal e qualidade dos produtos de origem animal.
- **Regularidade e Continuidade do Fornecimento:** O planejamento proporciona maior previsibilidade e regularidade na entrega dos ingredientes, minimizando riscos de desabastecimento e prejuízos ao desempenho produtivo.
- **Sustentabilidade e Responsabilidade Social:** A inclusão de requisitos como origem sustentável, rastreabilidade, respeito a práticas ambientais, sociais e condições de trabalho dignas reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade, a ética e o desenvolvimento local.
- **Controle, Rastreabilidade e Segurança:** Os insumos adquiridos serão acompanhados de documentação técnica, laudos de análise, certificados de origem, rotulagem clara e informações que garantem a rastreabilidade total do processo, atendendo às exigências legais e ampliando o controle de qualidade.

- Conformidade Legal e Normativa: Todo o processo e os produtos adquiridos obedecem aos dispositivos legais e normativos aplicáveis, incluindo controles sanitários, ambientais, exigências de pureza, composição, isenção de substâncias proibidas e observância às boas práticas zootécnicas.

Como a Solução Atende Melhor às Necessidades

A adoção do processo como estratégia para aquisição dos insumos essenciais atende de forma plena e eficiente às necessidades da administração, pois permite:

- Seleção técnica rigorosa dos insumos a partir de especificações claras que convergem tanto para a qualidade nutricional quanto para a legalidade e sustentabilidade dos ingredientes.
- Eficiência administrativa e econômica, promovendo a obtenção do melhor preço, qualidade e condições de fornecimento para o interesse público, sem abrir mão da segurança, saúde animal e qualidade dos produtos resultantes.
- Transparência e isonomia, por tratar-se de processo aberto que impede direcionamento e favorecimento, além de otimizar mecanismos de controle interno e externo.
- Gestão estratégica e planejamento, viabilizando a contratação conforme cronogramas institucionais, com controle e previsibilidade nos estoques e aquisições.
- Universalidade e competitividade de fornecedores, incentivando a participação e estimulando a cadeia produtiva local e regional, sem limitar-se a fornecedores restritos.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022

sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.”

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.2 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI para os itens (3 a 14), por terem os itens os valores totais inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) cada. Para os itens 01 e 02, será adotada a COTA RESERVADA para ME/EPP/MEI, no percentual de 25%, sendo de AMPLA DISPUTA para os itens 01 e 02 e EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI para os itens 15 e 16.

Para o certame, levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances verbais no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 O(s) objeto(s) desta licitação/contratação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 – Os produtos deverão ser fracionados e **entregues a cada dois meses**. Deverão ser entregues embalados e rotulados, na Fazenda Experimental de Iguatemi, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa dias), ou a (um terço) do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez (10) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de

garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.2 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela

execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme

indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade .

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$
$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigência de habilitação complementar, é dispensada a exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se ao **fornecimento de produtos padronizados, de ampla comercialização no mercado e sem complexidade técnica**, cuja entrega não demanda comprovação de experiência prévia específica.

Além disso, os itens licitados possuem **especificações claras e objetivas**, sendo possível aferir a conformidade do fornecimento por meio da análise documental e da verificação física no ato da entrega, o que torna desnecessária a exigência de comprovação técnica adicional.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de insumos agropecuários, com baixo risco de execução contratual e valor individual dos itens compatível com aquisições rotineiras, não se justifica a exigência de garantia.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17. VIGÊNCIA

17.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice amplamente utilizado para medir a variação dos preços de produtos para consumo.

18.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18.5 Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual aqui tratado por outro instrumento hábil.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 57.01.03.0 - FAZENDA EXPERIMENTAL DE IGUATEMI;

Fonte de Recursos: 501;

Programa de Trabalho: 2.57.248.0163 - MANUTENCAO DA FEI;

Elemento de Despesa: 33903006.

19.2 As Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA de 2026 da instituição, com números de ordem 1313, 3008, 1315, 580, 1508, 3124, 4185, 3089, 3090, 3091, 3092, 3095, 3094, 3093 , informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.


21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO


22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 01 de Abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **VAGNER DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO**
Data: 01/04/2026 08:59:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VAGNER DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

Matrícula: 932937
Coordenador Geral da FEI

Documento assinado digitalmente
 **ADELINO JUNIOR DOS SANTOS**
Data: 01/04/2026 09:44:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adelino Junior dos Santos

Matrícula: 122381
SECRETÁRIO DA FAZENDA EXPERIMENTAL DE IGUATEMI

PROGRAMAÇÃO DA ENTREGA DOS INSUMOS



| DATA DE ENTREGA | PRODUTO | QUANTIDADE | UNIDADE |
|-----------------|--|------------|----------------|
| 01/05/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/07/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/09/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/11/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/01/2027 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 100 | QUILOGRAMA |
| 01/03/2027 | FARELO DE SOJA | 40014 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 500 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 425 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 100 | QUILOGRAMA |



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 [duas] horas (prorrogável por igual período a critério do pregoeiro), a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

1.1 O licitante que for cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), ficará dispensado da apresentação dos documentos de habilitação que constam no item 1.2, contemplados nos referidos cadastramentos.

1.1.1 É dever do licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou GMS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

1.1.2 O pregoeiro verificará eletronicamente a situação cadastral, sendo que os documentos que não estiverem contemplados e ou/válidos nos referidos cadastramentos, deverão ser apresentados pelo licitante dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

1.1.3 **Para formalização da contratação, o licitante vencedor deste certame, caso não tenha, DEVERÁ se cadastrar no** Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR/GMS.

1.2 Os documentos de habilitação de que se trata este anexo são:

1.2.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.2.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.2.3.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.2.3.1.1 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.2.3.1.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.2.3.1.3 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.2.3.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.2.3.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual 1,0 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.2.3.1.5.1 As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, de Liquidez Geral (**LG**), de Solvência Geral (**SG**) e de Liquidez Corrente (**LC**), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente

1.2.3.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.2.3.1.7 As empresas enquadradas como **ME/EPP e MEI**, o balanço patrimonial é dispensado, conforme Art. 114 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.4 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.(Anexo V).

1.2.5 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.2.5.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.5.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.2.5.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.2.5.3 Na hipótese do item 1.2.5.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.3 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.4 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90043 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

| | | | |
|-------------|----------|----------------------|---------|
| Fornecedor: | | | |
| CNPJ/CPF : | | Inscrição Estadual : | |
| Endereço : | | | |
| Bairro: | | | |
| CEP: | | Cidade: | Estado: |
| Telefone: | | Fax: | e-mail: |
| Banco: | Agência: | Conta-corrente: | |

Constitui objeto desta licitação: a aquisição continuada de insumos para a produção de ração para os animais da Fazenda Experimental de Iguatemi/UEM.

1. Especificações técnicas:

[illegible]

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

**ANEXO IV****MODELO DE PROCURAÇÃO1**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 90043/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.
Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

| ÓRGÃO/ENTIDADE |
|--|
| Local de Entrega: Fazenda Experimental de Iguatemi, Estrada Pitanga, S/N, Iguatemi Distrito de Maringá PR |
| Responsável pelo Recebimento: Adelino Junior dos Santos |
| Telefone: 44 3276-8309 |
| Horário de Funcionamento: Das 7:40h às 11:40h e das 13:30h às 17:30h |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**, com sede na Avenida Colombo, n.º 5.790, Campus Universitário, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 79.151.312/0001-56, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Professor **LEANDRO VANALLI**, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 12257, de 27 de setembro de 2022, inscrito no CPF sob o n.º 929.472.639-87, portador do RG n.º 6.015.450-3, expedido por SESP/PR.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 90043/2026 protocolo n.º 25.696.127-0 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição continuada de insumos para a produção de ração para os animais da Fazenda Experimental de Iguatemi/UEM, conforme descrito no Termo de Referência.

| Item | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário | Valor total |
|------|---------------------|---------------------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | R\$ | R\$ |

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 90043/2026, objeto do processo administrativo n.º [XXX], com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXX], de [XXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 A entrega dos bens ocorrerá de forma parcelada na Fazenda Experimental de Iguatemi (Estrada Pitanga, S/N, Distrito de Iguatemi, Maringá – PR), observando-se o cronograma da tabela abaixo e as especificações contidas no Termo de Referência:

| PROGRAMAÇÃO DA ENTREGA DOS INSUMOS | | | |
|------------------------------------|---------|-------|---------|
| DATA DE ENTREGA | PRODUTO | QTDE. | UNIDADE |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

| | | | |
|------------|--|--------|----------------|
| 01/05/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/07/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/09/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

| | | | |
|------------|--|--------|----------------|
| 01/11/2026 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 200 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 200 | QUILOGRAMA |
| 01/01/2027 | FARELO DE SOJA | 400 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 300 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 460 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 100 | QUILOGRAMA |
| 01/03/2027 | FARELO DE SOJA | 40014 | SACO COM 50 KG |
| | MILHO EM GRÃOS | 40.000 | QUILOGRAMA |
| | FARELO DE TRIGO | 5.000 | QUILOGRAMA |
| | CALCÁRIO CALCÍTICO PECUÁRIO | 1.000 | QUILOGRAMA |
| | FOSFATO BICÁLCICO 18% | 2,5 | SACO COM 50 KG |
| | OLEO DE SOJA DEGOMADO | 500 | QUILOGRAMA |
| | SAL AGROPECUÁRIO | 500 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM TERMINAÇÃO | 272,5 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO | 425 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL I | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS FILHOTE, PRÉ-INICIAL II | 100 | QUILOGRAMA |
| | NÚCLEO PARA SUÍNOS INICIAL | 100 | QUILOGRAMA |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001 utilizando-se o índice do IPCA, índice amplamente utilizado para medir a variação dos preços de produtos para consumo.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I) do edital, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a (um terço) do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

**8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:**

Gestão/Unidade: 57.01.03.0 - Fazenda Experimental de Iguatemi;

Fonte de Recursos: 501;

Programa de Trabalho: 2.57.248.0163 - Manutenção da FEI;

Elemento de Despesa: 33903006.

9 VIGÊNCIA:

9.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no PNCP, considerando-se o previsto no artigo 94, da Lei 14.133/2021, que estabelece como condição para sua eficácia e visando não haver divergências entre início da vigência e da eficácia. O comprovante da publicação no PNCP deverá ser anexado ao e-Protocolo e encaminhado juntamente com o contrato para a CONTRATADA.

9.1.1. O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.10. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



10.1.10.1 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.2 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de insumos agropecuários, com baixo risco de execução contratual e valor individual dos itens compatível com aquisições rotineiras, não se justifica a exigência de garantia.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 Não há exigência de garantia complementar.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item/lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.



18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90043/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

**ANEXO IX****DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio 2025.

Documento: **EDITAL900432026EProtoc25.696.1270.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Madison Toshio Kusakawa (XXX.981.899-XX)** em 14/05/2026 11:12 Local: UEM/PAD/DMP/COP/LIC.

Assinatura Simples realizada por: **Robson Goncalves da Silva (XXX.434.259-XX)** em 14/05/2026 10:46 Local: UEM/PAD/DMP.

Inserido ao protocolo **25.696.127-0** por: **Marina Hisae Hirose** em: 14/05/2026 10:37.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: